

ATA-ESMAM - 12023

Código de validação: 72FD904609

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO DE ARTIGO CIENTÍFICO EM HOMENAGEM AO DES. MILSON COUTINHO

No primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, reuniram-se de forma presencial e virtual, através do aplicativo Google Meet (<https://meet.google.com/wat-zuzr-xce>), os membros da Comissão Julgadora: Membros presentes: Desa. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Prof. Marco Antônio Martins da Cruz, Carlos Magno Belo Pereira. Membros virtuais: Amudsen Bonifácio Silveira, Romulo Lago e Cruz, Maria Arlinda Reis de Marques Freitas, Prof. Dr. João Batista Bottentuit Junior. A pauta incluiu os seguintes assuntos: Denúncia, Resultado final por tema; e Deliberações finais. Considerando o cronograma da apuração do resultado e o Art. 23, que estabelece que a escolha dos trabalhos será feita por uma comissão julgada especialmente para esse fim, a reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão, que saudou os presentes e agradeceu pela participação. Dando início às deliberações, o primeiro ponto de pauta foi a decisão do Presidente da Comissão Julgadora e demais membros de conceder cinco dias para os autores dos artigos denunciados se posicionarem sobre o ineditismo. Após a apreciação do resultado final por cada tema, a Comissão julgada decidiu eliminar alguns artigos por não se enquadrarem nos temas propostos, a saber: Tema 1 - Direito Processual Civil, Administrativo, Inovação, Justiça e Sociedade: **"A INEFICÁCIA DA POLÍTICA CRIMINAL DE GUERRA ÀS DROGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA NECROPOLÍTICA E DO RACISMO ESTRUTURAL"**; **"HOMICÍDIOS NÃO ELUCIDADOS NA CIDADE DE CODÓ/MARANHÃO NO ANO DE 2020: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL E IMPLICAÇÕES SOCIAIS."** Tema 5 - Direito e Sustentabilidade: **"AUXÍLIO-RECLUSÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL"**; **"A INTERPRETAÇÃO JURÍDICA DA LEI MARIA DA PENHA NO MARANHÃO: UM OLHAR SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO E SUAS ESPECIFICIDADES."** Tema 6 – Direito Digital: **"A METÁFORA DO 'TRANSPLANTE JURÍDICO': Uma análise jurisprudencial da (in)aplicabilidade da teoria da cegueira deliberada nos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção no ordenamento jurídico penal brasileiro."** Foi desclassificado o artigo no Tema 8 - Direito da Antidiscriminação e da Paridade de Gênero, conforme disposto no Art. 7º: **"MULHERES, ESTRUTURAS DE PODER E O VIÉS DE GÊNERO NA JUSTIÇA FEDERAL BRASILEIRA – RESULTADOS PARCIAIS."** O edital prevê o Art. 38 que, salvo nas hipóteses previstas neste Edital, não caberá recursos das decisões proferidas pela Comissão Julgadora. Em sua Art. 40, menciona que os casos omissos serão analisados pela Comissão Organizadora e, em última instância, pelo diretor da ESMAM. Finalizadas todas as deliberações, o resultado final foi publicado conforme o ANEXO – Resultado Final. O resultado final com a classificação final será publicado no site da ESMAM e no Diário da Justiça. Foram feitas considerações finais sobre o processo de avaliação, e agradecimentos foram estendidos a todos os participantes e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Escola Superior da Magistratura - ESMAM

membros da comissão. E nada mais tendo a tratar a reunião foi encerrada pela Presidente da Comissão a Desa. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro.

ANEXO – RESULTADO FINAL

PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

**1º CONCURSO NACIONAL DE ARTIGOS CIENTÍFICOS EM HOMENAGEM AO
DESEMBARGADOR MILSON COUTINHO**

RESULTADO FINAL

**Tema 1 - Direito Processual Civil, Administrativo, Inovação, Justiça e
Sociedade**

Título e subtítulo	NOTA FINAL	Posição
LICITAÇÃO ANTICORRUPÇÃO: Uma análise técnico-jurídico dos institutos de Compliance e Gestão de Riscos na perspectiva da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)	153,00	1º
HOSPITALIDADE NO JUDICIÁRIO: ENTENDIMENTOS E PRÁTICAS PARA UMA EXPERIÊNCIA POSSÍVEL	149,50	2º
A INTERFERÊNCIA ESTATAL NA AUTOMONIA FAMILIAR: uma análise sobre o não reconhecimento das famílias poliafetivas no Brasil	139,00	3º
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E MEIO AMBIENTE: ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO EM FAVOR DA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À MORADIA E À SUSTENTABILIDADE	126,50	4º
O redimensionamento do papel do Estado via Poder Judiciário e a inexistência de políticas públicas para atendimento de jovens egressos do sistema de acolhimento.	124,00	5º



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Escola Superior da Magistratura - ESMAM

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COMO MECANISMO DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO CIVIL	123,75	6º
A interseção entre a LGPD e o Direito do Trabalho: Desafios e Oportunidades na Proteção de Dados dos Trabalhadores	114,50	7º
CNJ tem pico de normas sobre linguagem acessível na pandemia	103,00	8º
DIREITO, HISTÓRIA, LITERATURA E POLÍTICA NO “PLUTARCO MARANHENSE DO SÉCULO XX”: o Maranhão através da produção escrita do desembargador Mílson de Sousa Coutinho	103,00	9º
ALÉM DAS PALAVRAS: A RELEVÂNCIA CONTEMPORÂNEA DO DECÁLOGO DE UM MOISÉS PROVINCIANO - Uma Análise do Discurso de Posse do TJMA do Des. Milson de Souza Coutinho, Decálogo da Justiça, como Ferramenta de Transformação Social	91,00	9º
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E A GARANTIA DE CUSTEIO DE TERAPIAS AOS INFANTES AUTISTAS	88,00	10º
A Mobilidade Urbana Como Um Problema Antropológico no Município de São Luís-MA.	77,50	Eliminado
POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS QUE MENSTRUAM	77,00	Eliminado
O TEMPO DA JUSTIÇA NO BRASIL: evidências de 79.135 sentenças condenatórias	48,75	Eliminado
Tema 2 - Mecanismos Processuais Penais		
Título e subtítulo	NOTA FINAL	Posição
O valor constitucional do princípio da individualização da pena na França	145,00	1º
O ESTUPRO DE VULNERÁVEL ENQUANTO “CIFRA OCULTA” DETECTADA NA AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE: um estudo de caso através do Fórum de São Luís-MA no período de 2015 a 2020	141,50	2º
OTIMIZAÇÃO DOS MECANISMOS PROCESSUAIS PENAIS PARA		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Escola Superior da Magistratura - ESMAM

COMBATER A IMPUNIDADE E GARANTIR AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	127,25	3º
A COMPETÊNCIA PARA A CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL	122,00	4º
O JUIZ DAS GARANTIAS E O COMBATE À IMPUNIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O JULGAMENTO DO STF NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI's) n° 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, FRENTE ÀS DEMANDAS CRIMINAIS.	121,50	5º
A PRESUNÇÃO DE IMPRESCINDIBILIDADE DOS CUIDADOS MATERNOS PARA A CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR	117,00	6º
Da (im)possibilidade da pessoa jurídica realizar acordo de colaboração premiada	116,00	7º
OTIMIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO PENAL: FLUXOS DE TRABALHO, TECNOLOGIA E EFICIÊNCIA NO COMBATE À IMPUNIDADE	93,00	8º

Tema 3 – Gestão de Processos, Gestão Financeira, Contábil e Orçamentária

Título e subtítulo	NOTA FINAL	Posição
O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA PÚBLICA E A APLICABILIDADE DA NORMA ISSO 9001 NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO JUDICIÁRIO MARANHENSE	158,00	1º
OS REFLEXOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA “QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO” NA SATISFAÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS COLABORADORES LOTADOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DE MONTES CLAROS-MG	125,25	2º
DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE A ADOÇÃO DESTA PRÁTICA NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE UM ESTADO DO NORDESTE	124,25	3º
ACCOUNTABILITY DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE E PUBLICIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS DECORRENTES DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO	82,50	4º



Tema 4 - Novos Cenários Tecnológicos

Título e subtítulo	NOTA FINAL	Posição
PROGRAMA JUSTIÇA 4.0: AS AÇÕES PREVISTAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O ACESSO À JUSTIÇA	159,00	1º
Quando a Violação é Regra: as instituições informais de violação da privacidade na governança digital no Brasil e o multissetorialismo ante o contrato social	157,00	2º
Novos ventos levam a antigos templos: Como antigas respostas reformulam a responsabilidade civil da inteligência artificial	140,50	3º
BANCO DE ASSESSORES - PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO PARA ASSESSORES DE PRIMEIRO GRAU	140,00	4º
HERANÇA DIGITAL: APONTAMENTOS ACERCA DO DIREITO SUCESSÓRIO NA SOCIEDADE INTERNACIONAL	122,75	5º
NOVA ATRIBUIÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA NA GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA: ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA.	120,25	6º
A relação entre as redes sociais e o ato antidemocrático do 08.01.2023.	118,00	7º
Políticas públicas de apoio às startups no Brasil: os casos Startup Brasil, InovAtiva e InovApps	114,00	8º
A responsabilidade civil das instituições financeiras pelos danos gerados a correntistas por fraudes e delitos em operações bancárias.	110,50	9º
A RELAÇÃO CONSUMIDOR/INTERMEDIÁRIO NOS CONTRATOS DE MARKETPLACE: APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	107,00	10º

Tema 5 - Direito e Sustentabilidade

Título e subtítulo	NOTA FINAL	Posição
O DIREITO A UM PROJETO DE VIDA COMO OBRIGAÇÃO		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Escola Superior da Magistratura - ESMAM

ESTATAL POSITIVA E NEGATIVA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM CASOS ENVOLVENDO POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	149,00	1º
A Atuação do Poder Judiciário nas Políticas Públicas de Saneamento Básico e a necessária "inclusão do outro " no processo de construção da decisão	146,25	2º
ANÁLISE DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS REGISTRADAS NO ESTADO DO MARANHÃO ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2021	144,75	3º
SUSTENTABILIDADE, DIREITOS DAS MULHERES E LEGÍSTICA: UM OLHAR PROFUNDO NA LEI 14.214/2021	141,00	4º
A QUESTÃO INDÍGENA E A FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: AMEAÇAS LEGISLATIVAS EM UM CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO POLÍTICA	140,00	5º
OS PROCESSOS AMERICANO E BRASILEIRO QUE QUESTIONAM O EMPREGO DO GLIFOSATO SOB UMA MIRADA DA CRISE DA JURISDIÇÃO	138,50	6º
A política pública de reforma agrária no Maranhão: uma análise à luz da distribuição de terras no estado	137,50	7º
A INCONSTITUCIONALIDADE DO MARCO TEMPORAL ESTABELECIDO SOBRE TERRAS ÍNDIGENAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	136,50	8º
DO ANTROPOCENO À LIDE ECOLÓGICA: AS ATRIBUIÇÕES DA LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NA MANUTENÇÃO DO JUÍZO DE SUSTENTABILIDADE	134,50	9º
O BRAND EQUITY DA MAQUIAGEM VERDE: A INFLUÊNCIA DO COMPLIANCE ECOLÓGICO NA CONSCIÊNCIA DE CONSUMO DOS BRASILEIROS	130,50	10º
Passo Sanitário e Vacinação Compulsória sob a perspectiva dos Direitos Fundamentais	121,50	11º
A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NA ELABORAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL: A ESTRUTURA DA COOPERAÇÃO	117,50	12º
O Tribunal de Justiça do Maranhão e a Preservação Ambiental:		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Escola Superior da Magistratura - ESMAM

Reflexões sobre a atuação do Núcleo Socioambiental.	114,00	13º
OS DIREITOS DOS ANIMAIS EXPLORADOS NA PECUÁRIA APÓS A ADPF 640	111,75	14º
OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE E A LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS	91,25	15º

Tema 6 - Direito Digital

Título e subtítulo	NOTA FINAL	Posição
A responsabilidade civil das instituições financeiras pelos danos gerados a correntistas por fraudes e delitos em operações bancárias.	110,00	1º
DATA BREACH: O papel do DPO no plano de resposta à violação de dados pessoais	93,50	2º
CRIPTOATIVOS E ARQUITETURA REGULATÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ARCABOUÇO REGULATÓRIO BRASILEIRO E DA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE CAPITAIS	93,00	3º
COMPLIANCE E GOVERNANÇA DE DADOS (PROGRAMA DE GOVERNANÇA DE DADOS)	82,50	4º
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: o caso do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	82,00	5º
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, CRIMES CIBERNÉTICOS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET	68,75	Eliminado

Tema 7 - Pragmatismo, Análise Econômica do Direito, Economia Comportamental, Teoria Econômica do Direito

Título e subtítulo	NOTA FINAL	Posição
Análise de custo-benefício na tomada de decisão em direito ambiental	151,25	1º
EMPATIA JUDICIAL E OS VIESES INCONSCIENTES NO SISTEMA DE JUSTIÇA: Um estudo de caso envolvendo a atuação	147,00	2º



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Escola Superior da Magistratura - ESMAM

dos profissionais do direito		
APLICABILIDADE DA ANÁLISE ECÔNOMICA DO DIREITO NO PODER JUDICIÁRIO SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	105,75	3º
ENSINO DOMICILIAR E EDUCAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE O FUTURO E A EFICIÊNCIA DO PROJETO DE LEI 1.338/22	91,00	4º
FAZENDA PÚBLICA E A PROTEÇÃO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS: A COMPATIBILIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO COM A VIA CONCILIATÓRIA	72,50	Eliminado
Tema 8 - Direito da Antidiscriminação e da Paridade de Gênero		
Título e subtítulo	NOTA FINAL	Posição
Existe julgamento com perspectiva de gênero na justiça federal da 4ª região?	152,50	1º
O Povo Indígena Pankararu e a Sua Interação com o Sistema de Justiça Formal: o que conta a jurisprudência?	147,75	2º
OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DESTA CONDIÇÃO: OMISSÃO EXECUTIVA E SOBRECARGA JUDICIAL	142,50	3º
REGRAS DE BANGKOK E O DIREITO À LITERATURA: contribuição aos mecanismos ressocializadores de mulheres inseridas na Unidade Prisional Feminina no Maranhão no contexto da Agenda 2030.	141,75	4º
A Diversidade de Gênero nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto	137,25	5º
POBREZA OU VIOLÊNCIA MENSTRUAL? Um estudo acerca dos aspectos da dignidade menstrual	136,00	6º
O RACISMO ESTRUTURAL NOS MECANISMOS DE RECONHECIMENTO CRIMINAIS	126,50	7º
A INTERFERÊNCIA ESTATAL NA AUTONOMIA FAMILIAR: uma análise sobre o não reconhecimento das famílias poliafetivas no	126,25	8º



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Escola Superior da Magistratura - ESMAM

Brasil.		
A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO	125,50	9º
Direito Penal como ação afirmativa na dialética entre o Estado policial e o Estado Democrático de Direito	109,50	10º
HETEROIDENTIFICAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO DAS COTAS SÓCIORACIAIS DA UFMA	105,75	11º
AS RUÍNAS DA ATENAS BRASILEIRA: ANÁLISE DOS CASOS DE FEMINICÍDIO NO MARANHÃO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 À LUZ DA CRIMINOLOGIA FEMINIST	101,00	12º
"ESSE ESPAÇO TAMBÉM É MEU!": O papel do poder judiciário na instrumentalização do direito a antidiscriminação a partir da implementação de política pública	94,00	13º
AS POLÍTICAS DE VESTUÁRIO COMO FATOR EXCLUDENTE E DISCRIMINATÓRIO DA POPULAÇÃO POBRE E PRETA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS.	69,00	Eliminado

Prof. Dr. João Batista Bottentuit Junior
Professor Associado III
Departamento de Educação da Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marco Antônio Martins da Cruz
Professor Adjunto I
Curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Escola Superior da Magistratura - ESMAM

Desembargadora SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO
Vice-Diretor da ESMAM
Matrícula 20065

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Secretário-Geral da Esmam
Secretaria Geral da ESMAM
Matrícula 99374

CARLOS MAGNO BELO PEREIRA
Analista Judiciário - Bibliotecário
Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa - ESMAM
Matrícula 101253

ROMULO LAGO E CRUZ
Juiz - Final
4ª Vara Cível da Comarca de Caxias
Matrícula 146472

MARIA ARLINDA REIS DE MARQUES FREITAS
Analista Judiciária - Psicóloga
Divisão Social do Fórum de São Luís
Matrícula 139535

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 04/12/2023 12:05 (AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO)

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 04/12/2023 12:25 (SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO)

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 04/12/2023 13:24 (MARIA ARLINDA REIS DE MARQUES FREITAS)

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 04/12/2023 13:44 (CARLOS MAGNO BELO PEREIRA)

Documento assinado. CAXIAS, 04/12/2023 14:05 (ROMULO LAGO E CRUZ)

